CARTA PSICOGRAFADA: A ADMISSIBILIDADE COMO PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO**Derlan Diogenes MARIM^{1*}; Andréia Alves de ALMEIDA¹**

1. Faculdade UNIRON, Porto Velho, Rondônia, Brasil.

*Autor correspondente: derlandiogenes@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar se é juridicamente admissível como prova judicial lícita, a utilização de mensagem psicografada. A metodologia utilizada é a pesquisa documental, analisando a legislação, julgamentos, jurisprudências, artigos e doutrinas, objetivando analisar, investigar e descrever sua viabilidade, a fim de demonstrar que a psicografia é meio de prova lícito e idôneo, e capaz de atestar um fato verídico. A prova é um assunto demasiadamente importante no processo penal, pois é nela que o magistrado forma sua convicção e produz sua sentença. Estuda-se neste trabalho, o conceito de prova, seus princípios, o espiritismo, a psicografia, a perícia grafotécnica, o direito e a ciência. Fazendo uma ponte entre o direito e o espiritismo, o artigo buscará entender esse método psico- mediúnic que aplicado a casos concretos tem gerado inúmeros questionamentos acerca do atual conceito de prova. São expostos alguns casos em que a psicografia foi aceita como prova no processo penal, inclusive como base para absolvição dos réus. Faz-se menção ao estudo da grafotécnica como meio de validação da prova psicografada. Finalizando há exposição do posicionamento doutrinário e de juristas a respeito do assunto, sendo apresentada os posicionamentos contrários e favoráveis. Defendendo por meio de argumentos científicos os posicionamentos contrários ao uso da carta psicografada com prova lícita, porque esta não fere os princípios do contraditório e da ampla defesa, da laicidade do estado e da licitude da prova. A partir de tal análise, observa-se que é pertinente a admissibilidade da carta psicografada com meio de prova no processo penal.

PALAVRAS-CHAVE: Prova. Carta psicografada. Psicografia. Processo penal. Espiritismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa levantar uma questão polêmica e voltada a preconceitos na sociedade, mais não uma novidade, que é a aceitação judicial de um meio novo e inusitado de prova, que é o documento produzido por via mediúnica, mais precisamente por psicografia. A escolha do tema provém do fato de ser uma questão pouco abordada e de não haver ainda um posicionamento concreto no ordenamento jurídico acerca do assunto.

Procura-se neste trabalho analisar a veracidade da carta psicografada como meio de prova sem, com isso, envolver religião, demonstrando que o direito deve evoluir no uso de novas metodologias para resolução de conflitos.

Por tempos se tentou buscar explicações para existência dos fenômenos mediúnicos, nunca se chegando a um consenso a respeito da veracidade e idoneidade dos mesmos. O presente estudo tem como objetivo analisar e descrever se é juridicamente admissível como prova judicial lícita, a utilização de mensagens psicografadas.

As hipóteses a serem confirmadas são a possibilidade de admissão de cartas psicografadas com meio de prova lícita no processo penal brasileiro, qual o valor das cartas

psicografadas no processo penal brasileiro para defesa e/ou condenação do réu, e a possibilidade de fraude na produção das cartas psicografadas.

Por fim, pode-se asseverar que o presente trabalho demonstra grande importância em virtude do amplo conflito que envolve a matéria, havendo inúmeras opiniões, que demonstram a falta de regulamentação clara quanto à utilização da psicografia no processo penal, causando uma verdadeira incerteza jurídica que afeta as bases do devido processo legal.

MATERIAL E MÉTODO

Para tanto, ocorreu o estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, onde se efetuou a análise de diversas obras pertencentes à área do direito e espiritismo, nas mais variadas fontes, tais como artigos científicos, livros e internet, citando os autores mais conceituados nos assuntos em voga, como Allan Kardec, decodificador da doutrina Espírita e Adalberto Aranha, Fernando Capez e Greco Filho, autores conceituados na área de direito penal e processual penal, realizada entre Agosto de 2016 a Setembro de 2017.

A busca nos bancos de dados foi realizada utilizando às terminologias cadastradas nos descritores em direito penal e psicografia, as palavras chaves utilizadas na busca foram prova, carta psicografada, psicografia, processo penal, espiritismo.

Os critérios de inclusão para os estudos foram os que apresentavam argumentos favoráveis e contrários ao uso da carta psicografada como meio de prova no direito penal brasileiro, combinados com leis, julgamentos, doutrinas e jurisprudências, fazendo uma análise histórica do uso da psicografia.

Os métodos utilizados foram: o indutivo e o comparativo, partindo-se de um fato particular que é o uso de cartas psicografadas como meio de prova no processo penal, para finalmente concluir se é admissível ou não.

Buscou-se estudar e compreender o espiritismo como ciência, abordando o conceito de espiritismo, mediunidade e psicografia. Analisou-se o instituto das provas, bem como sua avaliação e valoração no processo penal. Evidenciou – se o uso das cartas psicografadas apresentando casos em que foram utilizadas as cartas psicografadas como prova no direito penal brasileiro. Por fim, verificou-se os posicionamentos dos juristas brasileiros a respeito do tema.

RESULTADOS

Como forma de rebater o principal argumento utilizado para contradizer a utilização das cartas psicografadas, que é o fato da laicidade do Estado, verifica-se total falta de conhecimento de todos os trabalhos científicos já realizados sobre o tema, além de não analisar conceitualmente a psicografia, que não se faz privilégio de uma religião específica, a psicografia deve ser analisada pelos seus aspectos científicos e filosóficos.

Uma afirmação destas conceitualmente, pois se o fenômeno de psicografia é real ele não integra nenhuma doutrina religiosa. A psicografia é mais um mero movimento cultural, do que um dogma ou uma crença, merecendo tratamento científico. Tratando as duas vertentes, fato religioso e fato científico, da psicografia, pode-se afirmar que a primeira não é verificável, apenas intuitiva e motivo de crença; já o segundo pode ser estudado e examinado.

Atribuir a psicografia como algo impossível de ser tecnicamente comprovado e afirmar que o conhecimento científico é uma área de veracidade inquestionável, e a ciência como qualquer área do conhecimento tem verdades provisórias, pois duram enquanto não são retificadas por nova teoria¹. A ciência é algo dinâmico, onde sempre estão buscando novas descobertas, sendo assim, a cada dia novas teses são comprovadas, costuma ser a diretriz na comprovação de fatos, muito embora ela não seja absoluta, porém dispõe de um grau de certeza que indica maior probabilidade de segurança na contestação dos fatos.

É sob esse contexto científico que a psicografia pode ser aceita como prova dentro de uma relação processual, pois não se trata de um caso isolado, mais de diversas situações que já foram investigadas / estudadas e provadas por métodos científicos. Sendo o direito uma ciência, deve progredir adotando novos meios de provas que tenham comprovação científica, atingindo assim seu objetivo que é chegar o mais próximo da realidade dos fatos em busca da verdade real.

Contraopondo outro argumento, que a carta psicografada pode ser objeto de fraude e que não se pode verificar a autenticidade dos escritos, temos então a utilização de perícia grafotécnica, a fim de verificar se a caligrafia escrita pelo médium corresponde à utilizada pelo morto.

A realização da perícia grafotécnica serve para comprovar a veracidade do documento psicografado, e é um dos critérios mais utilizados para induzir a credibilidade da prova, uma vez que se trata de um exame pericial e técnico. Considerando que, havendo

alegação de falsidade a carta psicografada será imposta a verificação da sua autenticidade, por meio da perícia

A psicografia como demonstrado acima, encaixa-se como prova documental, uma vez que são considerados como prova quaisquer escritos.

Assim sendo, por fim, vislumbro a admissibilidade da psicografia como meio de prova, onde juridicamente não se distinguiria de qualquer outro tipo de prova, já que inexistem hierarquia entre os meios de prova, podendo ser graduada de acordo com a liberdade do juízo na apreciação do conjunto de provas.

DISCUSSÃO

Comprovado a admissibilidade da carta psicografada no processo penal, evidenciado pelo discurso de MELO (2013):

Conclui-se que a prova psicografada não se tratar de prova ilícita, enquadra-se perfeitamente como documento e sua autenticidade é facilmente comprovada como princípio da verdade real, seria extremamente injusto não a empregar como prova judicial.

Conclui também CASTRO (2012):

Diante do que foi exposto, pode-se inferir que o documento psicografado não pode ser considerado prova ilícita, quando não contrariar o ordenamento jurídico, os bons costumes, a moral e os princípios gerais do direito.

Na mesma diapasão JAJAH (2010):

Pode-se concluir que a psicografia realmente pode ser aceita como meio de prova. Por se tratar de um documento, está submetida às regras do código de processo penal, podendo ser impugnada, ter sua falsidade arguida e até mesmo periciada.

Finaliza GONÇALVES (2016):

É evidente que a carta psicografada deve ser admitida como meio de prova aplicável, tratando-se de prova documental, atípica por não ter previsão legal, mas lícita e sua autenticidade pode ser comprovada pelo exame grafoscópico.

Obter o consenso geral sobre o tema seria uma utopia, o que nos leva a acreditar que os estudos científicos sobre a temática não serão estagnados, podendo futuramente haver a compreensão.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve o intuito de examinar a possibilidade de admitir a carta psicografada como meio de prova no processo penal, demonstrando apenas o cunho científico deste fenômeno, defendendo a aceitabilidade de tais documentos após serem submetidos a exame técnico, garantindo assim, sua autenticidade.

A aceitação pelo direito da psicografia como meio de prova é algo que escapa às questões de cunho meramente religioso ou moral, sendo em verdade uma questão de respeito as garantias constitucionais e a devida proteção da liberdade do indivíduo.

Não foi encontrado no ordenamento jurídico brasileiro, legislação vigente que proíba ou regularmente o uso das cartas psicografadas como meio de prova, portanto, a prova psicografada deve ser admitida de um modo geral e analisada sua utilidade e influência de acordo com cada caso apresentado em juízo ou em júri. Esse tipo de prova merece ser admitida, produzida e valorada pelo juiz, conforme o sistema de livre convencimento, onde o magistrado dará ao documento o valor que entender apropriado, como o faria em qualquer outro tipo de prova. Ressaltando que, como se trata de um meio de prova, assim como as demais espécies, deve ser submetida a perícia.

PSYCHOGRAPHICAL LETTER: ADMISSIBILITY AS EVIDENCE IN BRAZILIAN CRIMINAL PROCEEDINGS

ABSTRACT: The present work has the objective of analyzing whether it is legally admissible as legal tender evidence, the use of psychographic message. The methodology used is documentary research, analyzing the legislation, judgments, jurisprudence, articles and doctrines, with the purpose of analyzing, investigating and describing its viability, in order to demonstrate that psychographics is a legitimate and suitable proof, capable of attesting a fact true Proof is too important a matter in the criminal process, for in it the magistrate forms his conviction and produces his sentence. In this work, we study the concept of proof, its principles, spiritism, psychography, graphical expertise, law and science. Bridging the gap between law and spiritism, the article will seek to understand this psycho-psychic method which, applied to concrete cases, has generated numerous questions about the current concept of proof. Some cases are exposed in which the psychography was accepted as evidence in the criminal process, including as a basis for the acquittal of the defendants. The study of the graphology as a means of validating the psychographic test is mentioned. Finally, there is an exposition of the doctrinal position and of jurists regarding the subject, presenting the opposing and favorable positions. Defending by means of scientific arguments the opposing positions to the use of the letter psychographed with licit proof, because this does not hurt the principles of the contradictory and the ample defense, the laicity of the state and the lawfulness of the proof. From this analysis, it is observed that the admissibility of the psychographic letter with evidence in criminal proceedings is relevant.

KEYWORDS: Proof. Psychographic letter. Psicografia. Criminal proceedings. Spiritism.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sebastião. **Biblioteca Épica, personagens que marcaram época**. São Paulo: Globo, 2007.

AHMAD, Nemer da Silva. **Psicografia: o novo olhar da justiça**. 1ª ed. São Paulo: Editora Aliança, 2008.

ALMEIDA, Alexandre Moreira. **Fenomenologia das experiências mediúnicas, perfil e psicopatologia de médiuns espíritas**: 2004. Dissertação – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-12042005-160501/>. Acesso em: 7 fev. 2017.

AMORIM, Tathiana de Melo Lessa. **Psicografia como meio de prova: para além do tecnicismo jurídico**. Disponível em: Acesso em: 29 mar. 2017.

ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. **Da prova no processo penal**. São Paulo: Saraiva, 1996.

ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. **Da prova no Processo Penal**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BORGES, Valter Rosa. Psicografia: admissibilidade do uso como prova. **Revista Carta Forense**. 72 ed. Maio, 2009.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Fernando. **Curso de processo penal**. 17ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional. Teoria do estado e da constituição**. Direito constitucional positivo. 15 ed. rev. e atual. e ampl. Belo Horizonte: del Rey, 2009.

CASTRO, Rodrigo Teixeira Monteiro de. **Psicografia e Processo**. Brasília: 2012.

CHAVES, L.P. **Jurisprudência Mediúnica**. Unipac. Baraúna: 2011.

COULANGES, Fustel de. **A cidade Antiga**. Rio de Janeiro: Eidouro, 2004.

DENIS, Lauro. Juristas apoiam a psicografias espíritas. **CMI BRASIL**, São Paulo, set. 2005. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/09/328872.shtml> acesso em: jan. 2017.

DELANNE, Gabriel. **O fenômeno espírita**. Tradução de Francisco Raymundo Ewerton Quadros, v. 8, 1977.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno e OLIVEIRA, Rafael. **Curso de Direito Processual Civil**. 6ª ed. Salvador: Editora jusPODIVIM, 2011.

ESTULANO, Ismar Garcia. **Psicografia como prova judicial**. Revista Juridica Consulex. Brasília, Ano X, n 229, julho, 2006.

FABIANO, C. Nicolas. **Espiritismo: Filosofia, Ciência e Religião**. Ditado em Conjunto Pelos Espíritos Camille Flammarion Padre José de Anchieta Escrito Pelo Médium Nicolás C. Fabiano. 2008.

FERREIRA, Aúrelío Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI**. 4 ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Osiel. A (In) Admissibilidade da Carta Psicografada como Meio de Prova no Processo Penal. **Intertem@** s ISSN 1677-1281, v. 20, n. 20, 2011.

FERREIRA, Erica de Cássia Morguete. **PSICOGRAFIA COMO PROVA JURÍDICA EM FACE DA CIÊNCIA E DO DIREITO**. Bauru: 2015.

FILHA, Alaide Barbosa dos Santos. A psicografia como meio de prova. **Revista Fonte do Direito**, Ano I, n. 1, Mar/Abr. 2010, p. 57. Acesso em: 27/ 05/ 2017.
<<http://www.fontedodireito.com.br/rfd/FD01-marabr2010.pdf>

FILHO, Vicente Greco. **Manual de Processo Penal**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FRUTUOSO, Suzane. O poder dos médiuns. **Revista isto é**, São Paulo, out. 2008. Seção tecnologia e meio ambiente. Disponível em:
http://www.istoe.com.br/reportagens/5419_O+PODER+DOS+MEDIUNS.

GALVÃO, Leandro Medeiros. **A prova psicografada e o Tribunal do Júri**. São Paulo: Baraúna. 2010.

GOMIDE, Karine Bueno. **A invocação do sobrenatural e seu valor como prova no processo penal**. Disponível em: < http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2009/trabalhos_22009/KarineBuenoGomide.pdf>. Acesso em: 09 de Março de 2017.

GONÇALVES, Ana Elisabete da Silva. **A admissibilidade da carta psicografada como prova judicial**. Caruaru: 2016.

JAJAH, Morisa Martins. NUNES, Renato de Souza. **A psicografia como meio de prova**. PERQUIRERE. Patos de Minas: UNIPAM, n.7, vol. 2, dez. 2010.

KARDEC, Allan. **Livro de introdução ao estudo da doutrina espírita**. V. 2. São Paulo: Lúmen, 1996.

_____, Allan. **O evangelho segundo o espiritismo**. 13 ed. Brasília; FEB, 2013.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011.

MARCÃO, Renato. Psicografia e prova penal. **Revista Jurídica Consulex**. Brasília, Ano X, n. 229, Julho, 2006.

MASCARENHAS, Michel. **A admissão da psicografia como prova espírita no processo penal: sua base não científica e sua não compatibilidade com a ordem constitucional brasileira**. Ver. Fac. Direito, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 375-398, jan/jun. 2013.

MELO, Michele Ribeiro de. **A psicografia como prova no processo penal**. São Paulo: Lex Editora, 2013.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo Penal**. 18. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTEIRO, André Luís Pinheiro. **A grafoscopia a serviço da perícia judicial**. Curitiba: Juruá, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na constituição federal**. 10 ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Psicografia: Inadmissibilidade do uso como prova**. Revista Carta forense, 72 ed. Maio, 2009.

_____, Guilherme de Souza. **Princípios Constitucionais Penais e processuais penais**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2010.

_____, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e Execução penal**. 8ª ed. ver. Atual. e amp. São Paulo: Revista dos tribunais, 2011.

PERANDRÉA, Carlos Augusto. **A psicografia á luz da grafoscopia**. São Paulo: editora Jornalística Fé, 1991.

PERNAMBUCO. **Constituição do Estado de Pernambuco**. Disponível em: Acesso em: 01 jun. 2017.

PIRES, J Herculano. **Curso dinâmico de espiritismo: O grande Desconhecido**. Juiz de fora: 1995.

PITTELLI, Mirna Policarpo. Psicografia como meio de prova judicial. **Revista Vianna Sapiens**, 2010.

POLIZIO, Vladimir. **A psicografia no tribunal**. São Paulo. Butterfly Editora, 2009.

REVISTA. **Super Interessante**. São Paulo, v.1, n.252, p. 64-73, maio 2008.

RUBIN, Fernando. Provas atípicas. **Revista Lex de Direito Brasileiro**, n. 48, p. 44, 2010.

SAMPAIO, Charllon da Silva. **A psicografia como meio de prova no processo penal e sua aplicação no tribunal do júri.** Paraíba: 2012.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil.** São Paulo: Saraiva vol.II, 1985.

SOARES, André Luís N.; PARAPSIKOLOGIA, Prova Mediunidade. Psicografia como meio de prova: uma análise esposada entre Direito e pesquisa psíquica. **Jus Navigandi, Teresina,** ano 2014, v. 11.

TAVARES, Clóvis. **Mediunidade dos Santos.** 2 ed. Araras: IDE, 1989.

TORNAGUI, Hélio Bastos. **Curso de Processo Penal.** Vol. 1. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

TOURINHO FILHO, Fernando da costa. **Processo Penal.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Lotti. **Tomemos a sério o princípio do estado laico.**

JusNavigand. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11457>> . Acesso em 18/10/2016.